

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO V – Nº 1.005 – BRASÍLIA, QUINTA-FEIRA, 16 DE DEZEMBRO DE 1999

Senado adia vigência de lei que reduz receita de estados e municípios

Por 55 votos favoráveis e nenhum contrário, plenário decidiu transferir para 1º de janeiro de 2003 a entrada em vigor de medida, prevista na Lei Kandir, que implicaria queda na arrecadação do ICMS já no próximo mês

PÁGINA 3



Senado encerrou as atividades com uma manifestação do senador Antonio Carlos Magalhães sobre as relações entre os Poderes



Antonio Carlos afirma que Legislativo não vai se curvar a decisões errôneas

PÁGINA 2

CONGRESSO INICIA RECESSO COM PREVISÃO DE TRABALHO EXTRAORDINÁRIO EM JANEIRO

PÁGINA 4

CCJ

Petrobras pode ser excluída do programa de privatização

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania aprovou projeto do senador Álvaro Dias que exclui a Petrobras do Programa Nacional de Desestatização. A matéria ainda irá a plenário.

Subcomissão vai acompanhar conclusões de CPI

PÁGINA 5



Por unanimidade, a CCJ decidiu que a Petrobras deve ser colocada na condição de empresa não sujeita a privatização, como já ocorre com o Banco do Brasil e a Caixa

Petrônio Portella dará nome ao Aeroporto de Teresina

O aeroporto da capital do Piauí passará a se chamar Aeroporto de Teresina – Senador Petrônio Portella, de acordo com projeto aprovado ontem pelo plenário do Senado. A proposta só depende agora de sanção presidencial. Também foi decidido que no dia 22 de janeiro o plenário realizará sessão especial destinada a homenagear a memória do ex-senador, no 20º aniversário de sua morte.

PÁGINA 4

ACM: "Legislativo não vai se curvar a decisões errôneas"

Presidente do Senado destaca trabalho dos parlamentares e lamenta medidas adotadas pelo Judiciário em relação às atividades da CPI da Câmara dos Deputados que investiga o narcotráfico

"Este Poder não vai se curvar a decisões errôneas, mesmo do Supremo Tribunal, porque nós somos os legisladores e não vamos desprestigiar a ação legislativa, seja da Câmara dos Deputados, seja do Senado Federal." A afirmação foi feita ontem pelo presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, observando que se dirigia principalmente ao Judiciário pelas medidas tomadas, sobretudo na terça-feira, em relação aos trabalhos da CPI do Narcotráfico.

Antonio Carlos disse que, encerrada a sessão legislativa de 1999, os parlamentares poderão voltar para os seus estados de cabeça erguida em função do trabalho realizado na Casa. Destacou que os senadores "querem um Legislativo cada vez mais forte, um Poder igual aos

outros. É com esse trabalho, com a respeitabilidade com que aqui nós realizamos esse trabalho, que nos impusemos à opinião pública".

— Evidentemente, este é um Poder que está sujeito às críticas, porque é mais fácil de ser criticado, mas nenhum outro Poder cumpriu seus deveres para com a nação melhor do que nós. Eu estou muito feliz pela delegação que recebi dos senhores de presidir o Senado, e satisfeito e orgulhoso dos colegas que tenho, sem exceção, pelo trabalho notável que realizaram. Quero desejar a todos um feliz Natal, um próspero Ano-Novo. O trabalho do próximo ano será ainda melhor, porque esta é a vontade do povo brasileiro e dos legisladores do país — enfatizou Antonio Carlos.



Frentistas estiveram ontem com o presidente do Senado para agradecer empenho na aprovação da lei que evita desemprego em massa no setor

Frentistas agradecem por lei que proíbe postos de auto-serviço

Representando 150 mil frentistas de todo o país, o presidente da Social Democracia Sindical, Enilson Simões de Moura, agradeceu ontem ao presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, a aprovação da lei que proíbe a instalação de postos de auto-serviço no país.

— Quando a técnica é utilizada em favor da vida, é benéfica. Quando diminui a capacidade de emprego, não pode ser utilizada, tem que ser adiada. O homem vale mais do que a técnica — afirmou Antonio Carlos ao agradecer a homenagem prestada por cerca de 100 frentistas na presidência da Casa.

Segundo o senador, todo o Congresso sensibilizou-se com a proposta encaminhada pelo governo, através do ministro do Trabalho, Francisco Dornelles.

— Não podemos levar o desemprego a 150 mil famílias brasileiras por causa de alguns interesses de empresas, multina-

cionais ou nacionais, que trazem o desemprego nesta fase difícil que o país atravessa — disse Antonio Carlos.

Para ele, o país precisa de uma política de emprego, que começa por iniciativas como a que beneficiou os frentistas. — Vamos tomar atitudes semelhantes para melhorar as condições de vida do povo brasileiro. Devemos diminuir as desigualdades para que haja realmente um país mais social — declarou.

Enilson Moura disse que, com a aprovação do projeto, os profissionais do setor poderão entrar o ano 2000 tranquilos. "Somos favoráveis à modernização, mas àquela que gera empregos", afirmou. O presidente do Sindicato dos Revendedores de Combustíveis do Distrito Federal, Carlos Recch, manifestou apoio à lei e disse que os empresários têm obrigação de se empenhar para resolver os problemas sociais do país.

Marina agradece colaboração e anuncia Heloísa como nova líder

A senadora Marina Silva (PT-AC) agradeceu ontem a colaboração dos colegas de partido e do Bloco Oposição, que liderou neste ano. A senadora anunciou que seu mandato como líder termina em fevereiro, e que a senadora Heloísa Helena (PT-AL) já foi eleita para as duas lideranças. Observou que é gratificante o fato de uma mulher continuar presente no centro das decisões políticas.



Marina Silva elogiou o nível dos debates no Senado

Marina destacou o nível dos debates no Senado, independentemente da eventual veemência e das diferenças partidárias. Mesmo com estilo diferente de

líderes anteriores, como José Eduardo Dutra (PT-SE) e Eduardo Suplicy (PT-SP), ela afirmou ter cumprido seu papel, graças ao apoio, ao respeito e à colaboração que recebeu do Bloco Oposição. Também agradeceu o empenho e destacou a competência da assessoria da liderança, que tornaram possível realizar esse trabalho.

O senador Eduardo Suplicy, em aparte, qualificou como excepcional o trabalho desenvolvido por Marina frente às duas lideranças e revelou que a escolha de Heloísa Helena para a liderança do PT foi consensual.

Quintanilha recebe informações de diplomatas russos sobre transgênicos

O senador Leomar Quintanilha (TO), líder do PPB, recebeu na manhã de ontem a visita do conselheiro da embaixada da Federação da Rússia, Vladimir Tokmakov, e do adido para assuntos de comércio exterior, Serguei Korotkov. Eles levaram ao senador informações sobre o tratamento dado naquele país à questão dos transgênicos.

Quintanilha encaminhou consulta a diversos países sobre o tratamento dado aos transgênicos em cada um deles.

— Estamos colhendo subsídios que facilitem a discussão e nossa atuação principalmente quanto aos aspectos legislativos da questão — explicou.

A Rússia, segundo Quintanilha, permite a produção de alimentos transgênicos, mas estabeleceu a obrigatoriedade de rotulagem dos produtos.

— Eles estão na nossa frente, pois aqui ainda temos apenas o projeto (do senador Carlos Patrocínio) prevendo essa determinação — avaliou o senador.



Diplomatas explicaram a Quintanilha tratamento dado pela Rússia aos transgênicos

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães
1º Vice-Presidente: Geraldo Melo
2º Vice-Presidente: Ademir Andrade
1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
2º Secretário: Carlos Patrocínio
3º Secretário: Nabor Júnior
4º Secretário: Casildo Maldaner
Suplentes de Secretário: Eduardo Suplicy - Lúdio Coelho
Jonas Pinheiro - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita (61) 311-3211
Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (61) 311-1150
Diretor do Jornal do Senado: Flávio de Mattos (61) 311-3170
Diretor da Agência Senado: José do Carmo Andrade (61) 311-3327

Editor-Chefe: Marcos Magalhães

Editores: Djalba Lima, Sylvio Guedes, Sylvio Costa, João Carlos Ferreira da Silva e Denise Resende Costa
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda

Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Maria das Graças Aureliano e Miqueas Dantas de Moraes

Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Roosevelt Pinheiro, Waldemir Rodrigues, José Cruz e Jane Araújo

Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações



Por 55 votos favoráveis, senadores aprovaram a prorrogação da medida que estava prevista pela Lei Kandir

Adiada para 2003 opção pelo não recolhimento do ICMS

Para o senador Bello Parga, relator da matéria, a adoção da medida geraria queda brutal nas receitas de estados e municípios

Por 55 votos favoráveis, nenhum contrário e duas abstenções, o Senado aprovou ontem lei complementar transferindo para o dia 1º de janeiro de 2003 a modificação da lei que dispõe sobre o direito de os empresários e comerciantes não recolherem o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) incidente nas aquisições de bens de uso e consumo de seus estabelecimentos. A matéria foi votada em regi-

me de urgência, a requerimento dos integrantes da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), e vai agora a sanção.

Ao recomendar voto favorável ao projeto, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) disse que a prorrogação para 2003 do não recolhimento do ICMS evita uma situação que diversos governadores consideram inadequada. Também afirmou que votou contrariamente a esse item quando da votação

da Lei Kandir.

Relatada pelo senador Bello Parga (PFL-MA) na CAE, a medida, que estava prevista pela Lei Kandir para ser adotada a partir de 1º de janeiro do ano que vem, foi adiada, segundo o relator, porque implicaria queda brutal nas receitas de estados e municípios. "Dessa forma os tesouros dos estados e municípios poderão se adaptar melhor à mudança", disse Parga.

Fundo de telecomunicações poderá ser votado em janeiro

Não houve consenso entre os líderes partidários para a votação pelo plenário do Senado, ontem, do parecer favorável do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) ao projeto de lei da Câmara, originário do Executivo, que institui o Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações.

O líder do PMDB, senador Jader Barbalho (PA), reiterou que o projeto tramitou dois anos na Câmara e afirmou que, na sua interpretação, os recolhimentos ao fundo poderão ser feitos 90 dias após a aprovação do projeto, de modo que o Senado poderá apreciá-lo na convocação extraordinária.

Este também foi o entendimento do líder do governo, senador José Roberto Arruda (PSDB-DF). Já o líder do PSDB, senador Sérgio Machado (CE), afirmou que as contribuições obrigatórias das empresas prestadoras de serviços de telecomunicações, que

comporão o fundo, estão sujeitas ao princípio da anualidade e da anterioridade, segundo o qual todo imposto deve ser aprovado no ano fiscal anterior àquele em que começará a ser cobrado.

A matéria, aprovada na manhã de terça-feira pela Comissão de Assuntos Econômicos, exigiria o acordo de todos os líderes para que fosse submetida em regime de urgência ao plenário. "O PMDB discorda; portanto, não há consenso e peço a retirada do assunto da pauta de votações", declarou Jader Barbalho.

O Bloco Oposição, conforme anunciou José Eduardo Dutra (PT-SE) ontem, condicionou a apreciação da matéria ao consenso entre os partidos governistas.

A criação do fundo está prevista na Lei Geral das Telecomunicações e visa assegurar o acesso a esses serviços a qualquer pessoa ou instituição de interesse público e a preços e qualidade



Para Jader Barbalho, recolhimento ao fundo pode ser feito 90 dias após a aprovação

razoáveis. As contribuições obrigatórias ao fundo, conforme o projeto, serão feitas exclusivamente pelas empresas de telecomunicações e não pelos usuários. Os valores pagos, por sua vez, não poderão ser repassados aos preços dos serviços.

PELÉ

A próxima sessão legislativa ordinária, que começa dia 15 de fevereiro, após o encerramento da convocação extraordinária, será iniciada com sessão especial de homenagem a Edson Arantes do Nascimento (Pelé), conforme requerimento aprovado ontem pelo plenário. A solicitação foi de iniciativa do senador Álvaro Dias (PSDB-PR).

Governo de Rondônia é autorizado a refinanciar dívida de R\$ 146,95 milhões

O estado de Rondônia foi autorizado pelo plenário do Senado a realizar operação de refinanciamento de dívidas no valor total de R\$ 146,95 milhões no âmbito do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados. A operação não implicará liberação de novos recursos, pois de fato representa uma substituição dos credores originais pela União.

O projeto de resolução a ser promulgado teve sua aprovação na forma de substitutivo apresentado pelo senador Romero Jucá (PSDB-RR), do qual foi suprimido artigo que previa a suspensão do pagamento

dos encargos e amortizações referentes a operação de crédito anterior até que termo aditivo firmado em maio de 1998 fosse encaminhado pelo Banco Central (BC) ao governo de Rondônia.

O artigo suprimido foi defendido pela bancada do estado, sena-

dores Moreira Mendes (PFL), Ernandes Amorim (PPB) e Amir Lando (PMDB). Eles consideram o valor total da dívida inflado em decorrência da intervenção do BC no Banco do Estado de Rondônia (Beron). Segundo Amir Lando, antes da intervenção, o Beron tinha um passivo que não ultrapassava R\$ 50 milhões e, três anos "sob gestão danosa a Rondônia", atingiu R\$ 600 milhões.

O refinanciamento autorizado será garantido por receitas próprias de Rondônia e abrange dívidas estaduais com Antecipação de Receita Orçamentária (ARO) e empréstimos junto à

Caixa Econômica Federal. A autorização foi condicionada à comprovação, por parte do governo de Rondônia, de que a operação não é superior ao montante das despesas de capital fixadas na lei orçamentária anual, conforme determinada a Constituição federal.



Romero Jucá foi o autor do substitutivo aprovado ontem pelos senadores

Plenário aprova redução da jornada dos enfermeiros

A jornada de trabalho de enfermeiros, técnicos, auxiliares de enfermagem e parteiras poderá ser fixada em seis horas diárias ou 30 semanais. É o que dispõe projeto do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) aprovado ontem pelo plenário do Senado. Atualmente, a legislação prevê uma jornada de oito horas diárias, ou 40 semanais, para os trabalhadores dessas categorias. A matéria agora vai para a Câmara.

A redução da jornada, entende Lúcio Alcântara, permitirá o desempenho das atividades com mais qualidade, "já que esses profissionais estão submetidos a uma rotina de trabalho reconhecidamente desgastante". Também afirmou ter cumprido compromisso decorrente de sua experiência como médico, quando testemunhou o extenuante trabalho dos enfermeiros.

Enfermeira profissional, a senadora Heloísa Helena (PT-AL) disse que a categoria luta para reduzir a jornada de trabalho desde 1958. "Todos os que já



Segundo Alcântara, o projeto vai permitir a melhoria da qualidade do serviço

acompanham o dia-a-dia de uma unidade hospitalar sabem que o pessoal de enfermagem acaba se submetendo a uma jornada ainda mais exaustiva que a fixada em lei", ressaltou.

Lauro Campos (PT-DF) invocou sua passagem por diversas UTIs para trazer seu testemunho sobre o duro trabalho realizado pelo pessoal de enfermagem. Eduardo Suplicy (PT-SP) também manifestou-se favoravelmente à iniciativa. Analisada pela Comissão de Assuntos Sociais, a proposição foi aprovada com base em parecer do senador Luiz Estevão (PMDB-DF), para quem a iniciativa fará justiça aos trabalhadores beneficiados.

Congresso Nacional volta a funcionar em janeiro

Durante o recesso parlamentar, que se inicia hoje e será interrompido na primeira quinzena do mês que vem, caberá à Comissão Representativa manter as atividades fundamentais do Poder Legislativo federal

O Congresso Nacional entra a partir de hoje em recesso, mas volta a funcionar na primeira quinzena de janeiro. A partir de então, os senadores e deputados federais se reunirão em convocação extraordinária, feita pelo Poder Executivo.

Ontem, os presidentes do Senado, Antonio Carlos Magalhães, e da Câmara, deputado Michel Temer, estiveram reunidos com o presidente Fernando Henrique Cardoso para chegar a um entendimento a respeito dos itens que entrarão na pauta.

Ainda hoje, deverão ser divulgadas as matérias que serão apreciadas pelos senadores e deputados federais no período de convocação.

Durante o recesso, funcionará a Comissão Representativa do Congresso, res-

ponsável por manter em funcionamento o Poder Legislativo. Constituída por sete senadores e 16 deputados titulares, a comissão tem poderes para tomar qualquer medida em defesa das prerrogativas do Legislativo, só não podendo discutir e aprovar projetos de lei.

Entre outras atribuições, a Comissão Representativa pode convocar ministros de Estado a se manifestarem sobre assuntos de urgência ou relevância, inclusive enviar a essas autoridades pedidos escritos de informação.

No encerramento, ontem, da sessão deliberativa do Senado, a última do ano legislativo, o senador Ademir Andrade (PSB-PA), que presidia os trabalhos, desejou aos parlamentares "um Natal de confraternização e um Ano-Novo de muita reflexão".

Aprovados R\$ 32,3 bilhões em créditos extraordinários

O Congresso Nacional aprovou na terça-feira a abertura de cerca de R\$ 32,3 bilhões em créditos extraordinários para vários ministérios, empresas e órgãos públicos. O maior valor unitário aprovado, aproximadamente R\$ 17,2 bilhões, destina-se ao refinanciamento da dívida pública mobiliária federal.

O relator desse projeto, deputado José Chaves (PMDB-PE), diz que os recursos são necessários porque o governo foi obrigado a manter um elevado nível de reserva de liquidez para suprir suas necessidades de financiamento e gerir a dívida pública em razão da crise financeira no sudeste da Ásia.

O segundo maior crédito complementar, no valor de R\$ 12,4 bilhões, relatado pelo deputado João Leão (PSDB-BA) e também aprovado, é para suprir encargos financeiros da União. O terceiro maior pedido extraordinário com parecer aprovado, de R\$ 1,3 bilhão, destina-se a diversas empresas do grupo Petrobras.

TRABALHO INFANTIL

No início da sessão, o Congresso

promulgou duas convenções internacionais que proíbem trabalho infantil. O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, disse que os textos são importantes para a promoção de justiça social. As convenções tratam da eliminação das piores formas de trabalho infantil e da proibição do trabalho para crianças com idade inferior a 16 anos. Ele ressaltou que as duas matérias "sensibilizaram tanto a Câmara e o Senado que foram aprovadas em espaço de tempo nunca visto em assuntos dessa natureza".

Durante a discussão, a deputada Rita Camata (PMDB-ES) parabenizou o senador pela rápida tramitação das matérias e disse que a promulgação marca o compromisso do Congresso com a infância e a adolescência. O deputado Miro Teixeira (PDT-RJ) também elogiou o trabalho de Antonio Carlos à frente do Congresso, destacando "a maneira judiciosa" como o senador presidiu os trabalhos legislativos, "sempre respeitando a oposição, o Regimento Interno e, acima de tudo, a Constituição e os interesses do país".

Mestrinho faz palestra sobre a região amazônica

O senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM) faz palestra hoje na Escola Superior de Guerra, no Rio de Janeiro, sobre a Amazônia e as perspectivas da América do Sul. Ele pretende demonstrar a importância do estado para a América Latina e o mundo.



Mestrinho: Amazônia é "o filtro do mundo"

O estado do Amazonas ocupa metade da superfície

da região amazônica e possui apenas 8% da população da região. Mestrinho lembra que a floresta amazônica

é a maior reserva florestal do planeta e detém a maior reserva hídrica. Nove países da América Latina estão ligados à região.

Para o senador, tanto o futuro da América Latina quanto o do mundo estão estreitamente ligados à região amazônica. "Ela é o filtro do mundo e a sua importância, tanto como a sua preservação, demanda ações claras e positivas dos países preocupados com a sobrevivência mundial", destaca.



Na última sessão do Congresso, realizada terça-feira, foram promulgadas convenções contra a exploração do trabalho infantil

Ex-senador Petrônio Portella vai dar nome a aeroporto de Teresina

O aeroporto da capital do Piauí passará a se chamar Aeroporto de Teresina – Senador Petrônio Portella, conforme projeto do deputado Heráclito Fortes (PFL-PI), aprovado ontem pelo plenário do Senado. A proposta só depende agora de sanção presidencial.

Ao encaminhar favoravelmente à aprovação, o senador Hugo Napoleão (PFL-PI) destacou a atuação de Portella em dois momentos marcantes. Um deles foi a edição da Emenda Constitucional nº 11, quando foram restabelecidas as prerrogativas do



Napoleão destacou o papel de Petrônio Portella na anistia

Legislativo e do Judiciário. "Outra atuação impecável deu-se com o projeto de lei da anistia, que propiciou a volta de muitos exilados", afirmou.

HOMENAGEM

No dia 22 de janeiro de 2000, o plenário do Senado realizará sessão especial destinada a homenagear a memória do ex-senador Petrônio Portella, no 20º aniversário de sua morte, conforme requerimento de autoria dos três senadores pelo Piauí – além de Napoleão, Alberto Silva (PMDB) e Freitas Neto (PFL) –, também aprovado ontem.

Senado acolhe unificação dos procedimentos dos cartórios

O plenário do Senado aprovou, na sessão de ontem, projeto de lei que uniformiza os procedimentos cartoriais do país, estendendo aos cartórios de notas os procedimentos utilizados pelos cartórios de registros no que diz respeito à abertura, numeração, autenticação e encerramento dos seus livros. A matéria agora vai a sanção.

Relator da proposição na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), o senador Jefferson Péres (PDT-AM) explicou que a obrigação agora inserida na Lei dos Re-



Jefferson Péres

gistros Públicos deverá ser cumprida pelos cartórios não registradores (os cartórios de notas), porque eles realizam atividades correlatas e semelhantes.

Jefferson Péres informou que, no dia-a-dia dos cartórios de notas, verifica-se que alguns deles já adotam os procedimentos recomendados nesse projeto. Também disse que a aprovação da matéria dará maior uniformidade ao uso dos livros cartoriais de todo o país, proporcionando aos jurisdicionados maior segurança.

Renovadas concessões de duas emissoras de rádio

O Senado também aprovou decretos legislativos renovando a concessão outorgada à Rádio Alto Uruguai, para operar em onda média na cidade de Humaitá (RS), e a permissão outorgada à Rádio FM Cidade do Sol, para operar em Natal (RN).

A senadora Heloísa Helena (PT-AL) e o senador Geraldo Cândido (PT-RJ) se abstiveram de votar. Os decretos agora vão a promulgação.

Piva explica operação que permitirá salvar o Besc

Relator do projeto de resolução que autorizou Santa Catarina a contratar empréstimo de R\$ 2,1 bilhões para sanear e federalizar o banco oficial daquele estado (Besc), o senador Pedro Piva (PSDB-SC) disse ontem que não havia outra solução para o caso. Procurado pelo governador catarinense Esperidião Amin, ele foi informado de que a situação era tão grave que trazia riscos não só para a instituição financeira, mas para toda a economia catarinense. "Sabendo que o projeto era polêmico, tive o cuidado de analisar todas as emendas apresentadas. O relatório que defendi em plenário foi a solução possível", afirmou Piva.

Para apresentar seu parecer, ele informou ter levado em conta o interesse dos que temiam que o Besc fosse fechado. Também disse que a operação enquadra-se no esforço geral da União e dos estados para equacionar a dívida pública acumulada, que impede o cumprimento de uma das maiores finalidades do poder público que é promover o desenvolvimento.

O relatório de Pedro Piva recebeu 39 votos favoráveis, 19 contrários e nenhuma abstenção. Pelo texto aprovado, R\$ 428 milhões do empréstimo serão destinados ao programa de demissão incentivada e R\$ 250 milhões ao passivo atuarial do fundo de pensão dos servidores do banco. As necessidades de capitalização do Besc terão R\$ 620,3 milhões, enquanto outros R\$ 100 milhões serão usados em fundos para contingências fiscais, trabalhistas, cíveis, atuariais e outras.



Piva: toda a economia de SC corria risco

CCJ exclui Petrobras do programa de privatização

De acordo com projeto aprovado por unanimidade pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, o governo fica proibido de vender ações excedentes às necessárias à manutenção do controle acionário da empresa

Por unanimidade de votos, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem parecer favorável a projeto de lei do senador Álvaro Dias (PSDB-PR) que inclui a Petrobras entre as empresas não sujeitas ao Programa Nacional de Desestatização.

A legislação já impedia a privatização do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal. O projeto também proíbe a venda das ações excedentes às necessárias ao controle acionário da empresa, ou seja, acima de metade mais um do capital votante. A matéria será ainda votada no plenário do Senado.

O parecer favorável, de autoria de Carlos Wilson (PPS-PE), foi lido ontem no plenário da CCJ por Lúcio Alcântara (PSDB-CE). "O Congresso houve por bem manter apenas o Banco do Brasil e a Caixa fora das privatizações. No caso da Petrobras, deliberou-se pela possibilidade de privatização das ações excedentes. A proposição visa eliminar essa possibilidade", expõe o relatório de Carlos Wilson.

Em sua justificativa, Álvaro Dias afirma que a União detinha em fevereiro deste ano 84,04% do capital votante e 9,16% do capital não votante da Petrobras. Com relação ao capital total, a



Os integrantes da CCJ também aprovaram substitutivo de José Roberto Arruda que permite a renovação das concessões para bancas de jornais e revistas

participação da União era de 52,88%. Alcântara argumentou que, com a venda das ações, a União não perderia o controle acionário da empresa, mas Álvaro sustentou que, nesse caso, o governo perderia o controle sobre o capital da empresa.

BANCAS

A CCJ também aprovou por unanimidade substitutivo ao projeto de lei que altera a Lei das Licitações. José Roberto Arruda (PSDB-DF), autor da proposta, afirmou que o principal objetivo das alterações nos três artigos da lei é permitir aos donos de bancas de jornais e revistas a renovação de suas concessões, proibida na lei.

Com a aprovação do substitutivo apresentado pelo relator, Álvaro Dias, a matéria será submetida a turno suplementar na comissão, quando poderão ser apresen-

tadas novas emendas. Não havendo emendas, o projeto será considerado aprovado em caráter terminativo, isto é, somente será votado em plenário mediante apresentação de recurso.

AGRAVANTE

Outro projeto apresentado por Arruda e aprovado por unanimidade na CCJ propõe alterar o Código Penal para que seja considerado agravante o fato de determinado crime ter sido praticado contra policial militar ou civil no exercício da função.

Relator do projeto, Álvaro Dias acatou emenda apresentada pela senadora Emilia Fernandes (PDT-RS), propondo a inclusão de procuradores, promotores e magistrados. Com a aprovação, a matéria – que tramita em caráter terminativo na CCJ – será votada em turno suplementar.

Objetivo é preservar patrimônio público, diz Álvaro

Ao estabelecer novas restrições para a venda de ações da Petrobras, o projeto de lei aprovado ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) procura evitar o risco de "privatização camuflada" da empresa, afirmou o senador Álvaro Dias, autor da proposta.

– Não se trata de uma decisão partidária, nem de postura xenófoba, mas sim de preservar os interesses nacionais – disse da tribuna o senador.

Álvaro Dias comentou as declarações do presidente da Petrobras, Henri Phillippe Reichstul, para quem, na prática, o projeto não teria efeito sobre a Petrobras. Reichstul diz que a operação está a cargo do BNDES e não da empresa, que também não seria nem a receptora dos recursos resultantes da venda de ações, já que eles



Segundo Álvaro Dias, a decisão da comissão não teve caráter "xenófobo nem partidário"

se destinam ao Tesouro Nacional.

– Ele entende muito de petróleo, mas pouco de legislação – rebateu o senador.

Álvaro Dias referiu-se também às declarações do diretor financeiro da empresa, Ronnie Vaz Moreira, segundo o qual a venda

do excedente de ações já foi aprovada pelo Conselho Nacional de Desestatização (CND) e já está no Fundo Nacional de Desestatização (FND) do BNDES. Para que a venda fosse cancelada, precisaria ser anulada lei de 1997 que estabelece que o governo precisa ter apenas 50% mais uma ação ordinária para manter o controle da estatal, de acordo com Moreira.

– O que estamos fazendo é justamente alterar aquela lei para defender a Petrobras e evitar que o governo abra mão da posição majoritária sobre o capital total (ações ordinárias e preferenciais) – explicou o senador.

Álvaro Dias disse que projetos como o aprovado ontem pela CCJ são importantes para impedir que o modelo de privatização seguido pelo país "deprede irreversivelmente o patrimônio público".

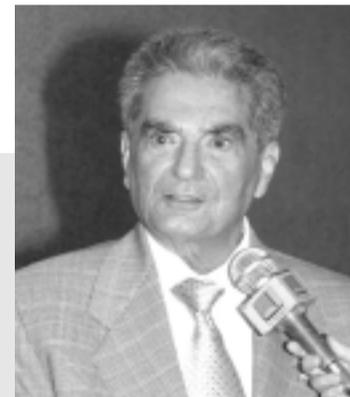
Subcomissão acompanhará os desdobramentos de fatos apurados por CPI do Judiciário

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania aprovou, por unanimidade, a criação de uma subcomissão permanente para acompanhar as conclusões apresentadas pela comissão parlamentar de inquérito (CPI) que investigou irregularidades cometidas no âmbito do Poder Judiciário. A criação da subcomissão foi proposta pelo senador Djalma Bessa (PFL-BA).

Segundo o parlamentar, além de acompanhar os desdobramentos das denúncias enviadas ao Ministério Público pela CPI, a subcomissão deverá ainda receber e catalogar novas denúncias, procedendo às medidas necessárias para novas investigações. Ela será composta por sete senadores, a serem posteriormente designados pelo presidente da CCJ, senador José Agripino (PFL-RN).

A CCJ aprovou outro requeri-

mento de Djalma Bessa, em que o senador solicitou voto de louvor para a médica Lúcia Vilarinho Braga, da rede de hospitais Sarah Kubitschek, premiada mês passado por uma universidade francesa com uma condecoração concedida a cada meio século para apenas três pessoas. Ela foi a primeira brasileira a ser agraciada.



Djalma Bessa propôs a criação da subcomissão, que também poderá receber novas denúncias

Idade para aposentadoria compulsória de servidor poderá subir para 75 anos

A CCJ também aprovou ontem o aumento de 70 para 75 anos na idade para que o servidor público se aposente compulsoriamente. De autoria do senador Ramez Tebet (PMDB-MS), a proposta de emenda constitucional, em seu texto original, também aumentava de 65 para 70 anos, no caso dos homens, e de 60 para 65, se mulher, a idade mínima para que o funcionário se aposentasse com vencimentos proporcionais ao tempo de contribuição.

Emenda da relatora da proposta, senadora Maria do Carmo (PFL-SE), suprimiu esse item da matéria. Dessa forma, o plenário irá deliberar tanto sobre a proposta original quanto sobre a emenda apresentada pela relatora.



Ramez Tebet

Caso seja aprovada em dois turnos pelo Senado, a PEC será remetida para o exame da Câmara dos Deputados.

Maria do Carmo disse que retirou a elevação da idade para aposentadoria proporcional por entender que o objetivo da proposta era beneficiar os servidores, não havendo "qualquer razão para esse aumento de idade". Ela explicou que os dois tipos de aposentadoria atendem a diferentes interesses e não podem ser tratados de forma igual.

– A voluntária depende do interesse exclusivo do servidor, enquanto a compulsória atende às necessidades da administração pública – justificou.

O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) e Roberto Freire (PPS-PE) abstiveram-se de votar.

Hartung alerta para deficiências do sistema tributário e defende reforma

Para senador, medidas implantadas pelo governo rompem com o imobilismo, mas não são suficientes, pois a reformulação é necessária desde o início dos anos 90

As novas medidas adotadas pelo governo em matéria tributária rompem com o imobilismo, mas não bastam. A afirmação foi feita pelo senador Paulo Hartung (PPS-ES) ao avaliar a crise fiscal do Estado brasileiro. Segundo ele, o sistema tributário vigente é cheio de deficiências e necessita de reformulação desde o início dos anos 90.

— A despeito de alterações pontuais introduzidas na legislação recentemente, o sistema prejudica a competitividade dos produtos nacionais, é excessivamente complexo, facilita e estimula a sonegação. Além disso, não é propício à harmonização com os sistemas tributários dos nossos principais parceiros, sobretudo do Merco-



Paulo Hartung defendeu o relatório do deputado Mussa Demes para a reforma

sul, como requer o processo de abertura da economia — analisou o senador.

Hartung defendeu o relatório do deputado Mussa Demes (PFL-PI) para a reforma tributária encami-

nhada ao Congresso pelo governo. Para ele, o relatório tem o mérito de ter feito andar uma emenda constitucional que estava há cinco anos parada nas gavetas do Congresso, obrigando a cada setor interessado na matéria a externar a sua posição. O senador acredita que os três níveis de governo, entidades de classe e Legislativo devem encontrar um consenso a partir da proposta de Demes.

MICRO

O senador assinalou ter participado, como expositor, de seminário organizado pelo Sindicato dos Empresários das Micro e Pequenas Empresas do Espírito Santo (Sindimicro), no qual foram divulgadas medidas como o novo Estatuto da Micro e da Pequena

Empresa e o programa Brasil Empreendedor, que ainda não chegaram ao conhecimento da grande maioria dos pequenos empresários, nem foram implementadas pelos agentes financeiros e órgãos do próprio governo.

— É evidente que os avanços garantidos não são suficientes. A implantação do Simples, aprovado pelo Congresso em dezembro de 1996, do Estatuto da Micro e da Pequena Empresa, aprovado este ano, e o lançamento do Brasil Empreendedor, foram inegáveis conquistas. É indiscutível que o governo e o Congresso Nacional precisam dar respostas mais firmes e concretas a esse importante segmento econômico do país — concluiu.



Maguito: estado é oitava economia do país e forte na atração de investimentos

Maguito atribui crescimento de Goiás à força dos municípios

Ao registrar o 36º aniversário de emancipação do município de Maurilândia, no sudoeste de Goiás, ocorrido em novembro, o senador Maguito Vilela (PMDB-GO) disse que o estado tem crescido sobretudo pela força de seus municípios, “que em cada canto fazem muito bem sua parte”.

Ele lembrou que Goiás tem alcançado elevados índices de crescimento nas últimas décadas, muitas vezes superando a média nacional. Esse crescimento, destacou, elevou o estado à posição de oitava economia mais forte do país, sendo hoje uma das principais unidades da Federação na atração de investimentos.

Maguito Vilela disse que Maurilândia é uma cidade jovem, emancipada em 1963, que em muito pouco tempo tornou-se um dos alicerces da riqueza regional. Além de açúcar, soja e milho, a região produz também grande quantidade de cana. Nas solenidades em comemoração ao aniversário do município, informou Maguito, o prefeito José Carlos Cruz e a comunidade inauguraram 80 mil metros de asfalto, oito mil metros de recapeamento, uma nova escola com 20 salas de aula, a cadeia pública municipal, 22 mil metros lineares de meio-fio e 402 casas populares para a população pobre. Todas as obras foram realizadas com recursos próprios, “sem um centavo do estado ou de outras instituições”, destacou o senador.

Bezerra pede urgência para PEC que garante recursos à saúde

O senador Carlos Bezerra (PMDB-MT) afirmou que a aprovação, em primeiro turno, pela Câmara dos Deputados, da proposta de emenda constitucional que vincula recursos orçamentários específicos para a saúde “é um marco na história da saúde no Brasil”. Carlos Bezerra fez um apelo aos membros do Senado para que a matéria tenha tramitação rápida quando chegar à Casa de modo a contemplar a urgência de recursos do setor.



Carlos Bezerra: marco na história da saúde no Brasil

Bezerra pediu ao Congresso que se esforce para aprovar a matéria a tempo de se incluir os recursos resultantes da entrada da PEC em vigor na proposta orçamentária de 2000. De acordo com a proposta, o montante empenhado pela União em saúde, no exercício financeiro de 1999, será acrescido de, no mínimo, 5%. De 2001 a 2004, o valor apurado no ano anterior será corrigido pela variação nominal do Produto Interno Bruto (PIB).

Para estados e municípios, em 2000, lembrou o senador, os percentuais começam em, pelo menos, 7% e 10%, respectivamente, aumentando gradualmente para 12% e 15% até o exercício de 2004, à razão de um quinto por ano.

Eduardo destaca projetos no Tocantins

“A geopolítica fez com que o estado do Tocantins se situasse em posição estratégica, articulando o Brasil pela sua espinha dorsal e podendo aproximar as macrorregiões brasileiras.” A afirmação é do senador Eduardo Siqueira Campos (PFL-TO), que elogiou mensagem publicitária do governo do estado, em que são divulgados projetos em execução, a maioria deles no sistema de parcerias com o governo federal e a iniciativa privada.

— Os projetos prioritários do estado, mostrados naquela peça publicitária, são concebidos como instrumentos de desenvolvimento e, simultaneamente, de integração e articulação nacional, e disso decorre o dito de que o que interessa ao Tocantins interessa ao Brasil — afirmou.

Na opinião de Eduardo Siqueira Campos, nenhum outro projeto tem a dimensão de integração nacional — ligando o Norte, o Nordeste, o Leste, o Centro-Sul e o Centro-Oeste — como a Ferrovia Norte-Sul e o Sistema de Navegação Araguaia-Tocantinense. “O Brasil nunca mais será o mesmo quando esse sistema intermodal de transporte, articulando rodovias, ferrovias e navegação, estiver implantado”, disse.

O senador também destacou, entre os projetos em execução no seu estado, a construção da linha de alta tensão em 500

megawatts que interligará os sistemas elétricos da Eletronorte com Furnas, e, por conseqüência, com os demais sistemas elétricos brasileiros. “Quando concluída, esta ligação estará oferecendo ao mercado nacional de energia milhões de quilowatts”, ressaltou.

— O término de Tucuruí, a entrada em operação de Serra da Mesa e a conclusão da Usina Hidrelétrica Luís Eduardo Magalhães, a jusante de Palmas, permitirão o aproveitamento de 50% desse potencial, de que o Brasil precisa, e com urgência— afirmou.



Eduardo Siqueira Campos mostra importância de sistema intermodal de transporte

Estado poderá ser um dos celeiros do país, avalia senador

O senador Eduardo Siqueira Campos (PFL-TO) destacou visita recente de uma missão da Agência de Cooperação Internacional Japonesa ao Tocantins, para fazer levantamento de dados sobre o projeto de desenvolvimento do setor agropecuário da região norte do estado, escolhida por apresentar excelentes condições geográficas e infra-estruturais para fins agropastoris.

Além disso, informou o senador, já está sendo consolidado um novo pólo de produção de grãos e frutas, o Projeto Campos Lindos, com área de 105,5 mil hectares, que deverá produzir 202,7 mil toneladas de soja, ou seja, 3,4 milhões de sacas de 60 quilos.

Tocantins, disse Eduardo Siqueira Campos, está se consolidando como a nova fronteira brasileira de produção agrícola e poderá tornar-se um dos principais celeiros do país. “Temos convicção de que mais e mais empreendimentos nacionais e estrangeiros serão investidos no estado, a fim de arrancar de seu rico e diversificado solo, com a utilização de seus enormes recursos hídricos, as riquezas de que tanto nosso país necessita”, afirmou.

Porto aplaude convênios com 16 instituições para ampliar Proep

O senador Arlindo Porto (PTB-MG) aplaudiu ontem a decisão do Ministério da Educação de valorizar o Programa de Expansão da Educação Profissional (Proep) pela assinatura de convênios com 16 instituições de ensino profissionalizante, seis das quais em Minas Gerais, no valor total de R\$ 29,3 milhões.



Arlindo Porto: recursos da ordem de R\$ 29,3 milhões

Segundo Porto, durante a solenidade realizada ontem, o ministro Paulo Renato assumiu o compromisso de estender o Proep a todos os estados brasileiros, incentivando a educação profissional, independentemente de sua vinculação tradicional com o ensino de 2º grau.

Porto lembrou que o Proep existe desde 1997, após contrato com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) no valor de US\$ 250 milhões

originários do orçamento do MEC e do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). O objetivo principal do programa, destacou, é a expansão da rede de educação profissional mediante parcerias com estados e municípios, além de segmentos comunitários.

Nos últimos dois anos, o Proep aplicou mais de R\$ 211 milhões, por intermédio de 115 projetos, informou o senador, acrescentando que os convênios assinados ontem beneficiarão municípios em Roraima, Espírito Santo, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Rio de Janeiro, São Paulo e Distrito Federal. "Além disso, levarão investimentos para escolas de educação profissional nas cidades mineiras de Rio Pomba, Ouro Preto, Contagem, Timóteo, Frutal e Uberlândia", concluiu.

Jefferson Péres debate na TV Senado limitação de MPs

A proposta de emenda constitucional que proíbe a reedição de medidas provisórias é o tema do programa *Debate*, que a TV Senado exibe hoje, às 9h e às 21h30. De acordo com o senador Jefferson Péres (PDT-AM), o congresso tem se omitido em relação à edição das MPs. "Medida provisória não é lei e deve ser tratada como tal", argumenta. O professor Menelick de Carvalho, da Universidade Federal de Minas Gerais, que com Jefferson participa do programa, aponta falhas no instituto das MPs, principalmente porque, na sua opinião, trai o processo institucional.

Carlos Patrocínio defende gás natural para todos os veículos

Em entrevista que a TV Senado exibe hoje, às 8h30 e às 22h30, o senador Carlos Patrocínio (PFL-TO) defende a utilização de gás natural como combustível para todos os veículos. Recentemente, a Comissão de Infra-Estrutura aprovou o substitutivo do senador Mauro Miranda (PMDB-GO), que autoriza o uso irrestrito do gás natural em automóveis. Patrocínio defende a proposta citando as vantagens da utilização do gás natural. Segundo ele, o produto é mais barato do que a gasolina, o álcool e o diesel; polui menos e há grande disponibilidade de reservas no Brasil.



PROGRAMAÇÃO



TV SENADO HOJE

6h — *Saúde Todo Dia* — Atividade: Ginástica Especializada
6h30 — *Especial Unip* — Assunto: Alergia (2ª parte)
6h55 — *Senado em Pauta*
7h — *Saúde Todo Dia* — Atividade: Unibiótica
7h30 — *Especial Unip* — Assunto: Alergia (2ª parte)
7h55 — *Senado em Pauta*
8h — *Jornal do Senado*
8h25 — *Senado em Pauta*
8h30 — *Entrevista* — O senador Carlos Patrocínio fala sobre a utilização do gás natural como combustível
8h55 — *Senado em Pauta*
9h — *Debate* — O senador Jefferson Péres e o professor da UFMG Menelick de Carvalho falam sobre a proposta de emenda constitucional que limita o uso das medidas provisórias
9h55 — *Senado em Pauta*

10h — Comissão de Infra-Estrutura (gravação)
12h30 — *Entrevista* — O senador Carlos Patrocínio fala sobre a utilização do gás natural como combustível
13h — *Cores do Brasil* — Em destaque: Alagoas
13h30 — *Debate* — O senador Jefferson Péres e o professor da UFMG Menelick de Carvalho falam sobre a proposta de emenda constitucional que limita o uso das medidas provisórias
14h30 — Comissão Assuntos Sociais (gravação)
18h30 — *Entrevista* — O senador Carlos Patrocínio fala sobre a utilização do gás natural como combustível
19h — *Cores do Brasil* — Em destaque: Alagoas
19h30 — *Debate* — A senadora Emilia Fernandes e o senador Pedro Simon falam sobre a violência na mídia
20h30 — *Entrevista* — O senador Arlindo Porto fala sobre o seguro obrigatório para a construção civil
21h — *Jornal do Senado*
21h30 — *Agenda Econômica* — O economista Dércio Munhoz fala sobre inflação
22h30 — Sessão Plenária (gravação)

Freire aponta avanço na educação com Provão e Enem

Senador adverte, porém, que notas obtidas nas provas do Exame Nacional do Ensino Médio foram baixas para país que quer ser competitivo

O desenvolvimento pelo Ministério da Educação de programas como o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) e o Provão foi elogiado ontem pelo senador Roberto Freire (PPS-PE). Em discurso da tribuna, o senador comentou os resultados das últimas provas do Enem, que reuniram 315 mil estudantes e permitiram avaliar o grau de instrução dos alunos das redes pública e particular.



Freire: programas são vitais para compreender o país

— O Enem e outros programas são vitais para compreendermos um pouco mais o nosso país e a nossa sociedade — disse o senador.

Roberto Freire lembra que, pelos dados divulgados pela imprensa, as médias foram 5 em redação e 5,2 em conhecimentos gerais — baixas, na opi-

nião dele, para um país que almeja competir no mundo desenvolvido. Mas o que mais chamou a atenção do senador foi o fato de que os alunos das escolas públicas tiraram, em média, nota 4,5, e os estudantes das escolas particulares, 5,7.

— Para quem sempre imaginou o ensino público como uma estrutura totalmente sucateada e

sem perspectivas históricas para atender às demandas por educação, os números são alentadores — afirmou.

De acordo com o senador, a pequena diferença entre as notas médias obtidas nos dois segmentos mostra que o ensino público ainda tem "musculatura" suficiente para ser retomado com vigor. Mas essa retomada, pon-

dera, exigiria decisão do Estado e forte mobilização popular, inclusive da classe média, que estaria arcando com custos elevados para a manutenção de seus filhos em estabelecimentos privados na suposição de que estes garantiriam o acesso à universidade.

— Reafirmo que uma das causas do baixo nível na prestação de alguns serviços como educação e saúde é o alheamento político, diria elitista, dessa parte da nossa população com rendas um pouco mais elevadas que as da grande maioria do povo brasileiro — disse.

A análise dos resultados obtidos pelo Enem derruba alguns mitos, conforme Freire. Um deles é o de que só ingressam no terceiro grau os alunos de escolas particulares. Dos cinco alunos do Enem que tiraram nota máxima nas provas de conhecimentos específicos, três eram de escolas públicas de São Paulo.

Empréstimos do BNDES geram protesto de Suplicy

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) protestou, ontem, contra a política do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) de emprestar dinheiro a empresas estrangeiras. "Entre janeiro de 95 e setembro de 99, o banco deu-se o luxo de desembolsar um total de R\$ 3,1 bilhões a empresas de capital estrangeiro", afirmou, citando dados do próprio BNDES.

Para Suplicy, parece claro que a política do BNDES precisa ser reformulada. "Como justificar vultosos créditos a empresas estrangeiras quando a maior parte das empresas nacionais, sobretudo as de menor porte, têm pouco ou nenhum acesso a crédito?", perguntou.

O senador por São Paulo fez questão de afirmar que esses dados são oficiais, fazendo parte da resposta do BNDES

ao seu pedido de informações. "O empresariado nacional tem razão em estar descontente com a política do banco, porque os financiamentos a empresas estrangeiras vem crescendo de modo contínuo, passando de R\$ 195 milhões em 95 a R\$ 1,2 bilhão a apenas nos primeiros nove meses de 1999", destacou.

Ele lembrou que o BNDES concede crédito em condições bastante vantajosas, em termos de prazos e custos financeiros, em relação ao que é praticado no mercado interno. "A maioria das empresas brasileiras não consegue levantar empréstimos no BNDES. Se quiserem crédito, são obrigadas a pagar al-



Suplicy: crédito em condições vantajosas para estrangeiros

tas taxas de juros, por curtos prazos", disse.

Suplicy afirmou que, diante desse quadro, cresce a convicção dos brasileiros de que o país tomou um rumo errado nos últimos tempos. "Com políticas desse tipo, o presidente e seus ministros conseguirão angariar aplausos da comunidade financeira e empresarial do Primeiro Mundo. Serão bem

recebidos no exterior e vistos como paladinos da modernidade e da globalização. Em contrapartida, encontrarão cada vez mais desconfiança e descontentamento dentro do país que supostamente representam e, em nome do qual, governam", concluiu.

Ronaldo Cunha Lima lança livro sobre efeito vinculante

Em solenidade realizada no Salão Negro do Congresso Nacional, e que contou com a presença do presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, o senador Ronaldo Cunha Lima (PMDB-PB) lançou ontem livro de sua autoria intitulado *Efeito Vinculante*. O procurador-geral da República, Geraldo Brindeiro, estava entre as autoridades que compareceram ao lançamento.

Ronaldo Cunha Lima, primeiro-secretário do Senado, é autor de propos-



Para Ronaldo Cunha Lima, proposta visa desafogar o STF e tornar decisões do Judiciário mais ágeis

ta de emenda constitucional (PEC) que institui o efeito vinculante, estabelecendo a subordinação de instâncias inferiores do sistema judiciário brasileiro a decisões definitivas de mérito do Supremo Tribunal Federal (STF). Segundo ele, a proposta visa agilizar o Judiciário e desafogar o STF, para evitar a repetição de decisões iguais em casos análogos.

O livro tem apresentação do ministro do STF Sepúlveda Pertence, um dos defensores deste instrumento, e traz coletânea dos artigos, palestras e discursos de Ronaldo Cunha Lima nos dois anos em que defendeu a matéria no Senado. Apresenta histórico da tramitação, que vai da apresentação da proposta a sua aprovação no Senado e na Câmara, os pareceres e a transcrição das audiências públicas na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), onde foi discutida pelo advogado Evandro Lins e Silva, pelos ex-presidentes do STF, Sepúlveda Pertence e Celso de Mello, pelo atual presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Reginaldo de Castro, e por Brindeiro.



José Jorge defendeu a continuidade da política de incentivos fiscais e financeiros

José Jorge homenageia Sudene pelos 40 anos

Os 40 anos de fundação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), completados ontem, foram lembrados pelo senador José Jorge (PFL-PE), que cobrou a manutenção da política federal de incentivos fiscais e financeiros para combater os desequilíbrios regionais, a fome e a miséria.

— Da sobrevivência dos incentivos depende a capacidade de a Sudene honrar os compromissos firmados com a sociedade nordestina em prol de novas conquistas econômicas e justiça social. Queremos parabenizar a Sudene pelos excelentes serviços prestados ao Nordeste e torcer para que os próximos 40 anos sejam tão promissores e cheios de realizações quanto as quatro décadas passadas — disse.

O senador ressaltou que foi graças ao espírito inventivo e empreendedor do então presidente Juscelino Kubitschek que a Sudene deixou de ser apenas um sonho idealizado pelo economista Celso Furtado. A entidade foi criada pela Lei nº 3.692, de 15 de dezembro de 1959, com a missão de combater as disparidades econômicas e sociais em relação ao Centro-Sul do país.

Com 45 milhões de habitantes (quase 30% da população nacional), ocupando área de 1,6 milhão de quilômetros quadrados, o Nordeste alcançou desempenho econômico considerável nos últimos 40 anos, enfatizou José Jorge. Segundo ele, entre 1960 e 1998, o PIB regional registrou crescimento real acumulado superior a 500%, saltando de US\$ 22,9 bilhões para US\$ 144,9 bilhões, o que deve ser atribuído em grande parte às políticas planejadas e executadas pela Sudene.

Tebet pede reforma agrária para reduzir desigualdades

Apontando Mato Grosso do Sul como “exemplo de potencialidades mal aproveitadas”, senador cobra vontade política para enfrentar problemas

Ao discursar no encerramento do ano legislativo, o senador Ramez Tebet (PMDB-MS) manifestou preocupação com o aumento da violência e com as desigualdades sociais do país, propondo como uma das soluções a implementação de programas de reforma agrária.

— Vamos colocar vontade política para resolver, ou pelo menos minorar, esses problemas. Podemos começar com uma reforma agrária justa que dê empregos no campo e faça a terra produzir mais — defendeu.

Tebet disse que seu estado, Mato Grosso do Sul, é um exemplo das potencialidades mal aproveitadas do país. “Estamos cercados por invasões de terras. O es-



Ramez Tebet lamenta crescimento da violência e desigualdades sociais do país

tado reúne condições para ser o celeiro do mundo, mas, não sei por que, essa promessa nunca se cumpre”, lamentou.

O senador lembrou que, considerando o fato de que o estado será cortado pelo gasoduto Brasil-Bolívia, a bancada federal sulmato-grossense vem tentando obter da Petrobras, do Ministério de Minas e Energia e do presidente Fernando Henrique Cardoso tarifas diferenciadas de energia para promover uma revolução agroindustrial. “Até agora sem êxito”, acrescentou.

Em aparte, o senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) disse que Tebet “colocou o dedo na ferida”, ao identificar a necessidade de ocupar melhor o interior do Brasil. “Somente assim será possível minorar os problemas das cidades, como a violência e a falta de moradia e de infra-estrutura.”

Políticas regionais do governo não saem do papel, afirma Jefferson

O senador Jefferson Péres (PDT-AM) disse ontem que o país conta com políticas regionais que só existem no papel, pois o governo federal cria comissões, elabora estudos e projetos, marca atos solenes de lançamento de programas e “age como se nada tivesse acontecido”. Encerrado esse circuito, observou, novas propostas são feitas e, “de enganação em enganação”, as desigualdades regionais continuam intocadas, aprofundadas pelo livre jogo das forças de mercado.

A região Norte, exemplificou o senador, tem sua política de desenvolvimento regional na Política Nacional Integrada para a Amazônia Legal, que implicaria a articulação entre agências e órgãos do governo no desenvolvimento de ações para a região. Lembrando que essa política tem até um órgão de coordenação, o Conselho Nacional da Amazônia Legal, que, por convocação do presidente da República, reuniria os governadores, Jefferson lamentou que, quatro anos e seis meses após o lançamento solene do

projeto, os governadores do Norte continuam a bater isoladamente às portas do Palácio do Planalto. “Eles não se reúnem nunca”, protestou.

Segundo o senador, a Política Nacional Integrada para a Amazônia Legal previa, entre outras medidas, a reformulação do Fundo Constitucional do Norte, a criação de um fundo para desenvolvimento científico e tecnológico e a revisão dos incentivos fiscais para a região, medidas descartadas em favor de ações pontuais. “Mas políticas com metas, instrumentos e ações coordenadas estão no papel”, insistiu.

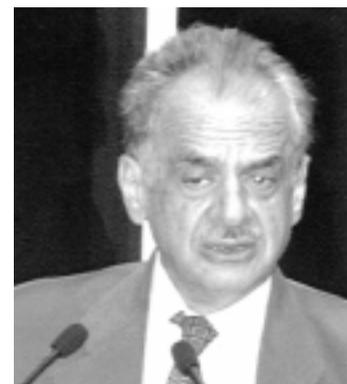
Em aparte, Tião Viana (PT-AC) concordou que os governadores da Amazônia só se reúnem em função das agências de fomento, como Suframa e Sudam, e disse que o governador do Acre, Jorge Viana, “vive a mesma angústia” registrada por Jefferson. Este, em resposta, sugeriu que o governador acreano tome a iniciativa de congregar os chefes de executivo para reclamarem ao presidente Fernando Henrique Cardoso a convocação do Conselho Na-



Jefferson Péres observa que o Conselho Nacional da Amazônia Legal “não se reúne nunca”

cional da Amazônia Legal.

Sebastião Rocha (PDT-AP), por sua vez, referiu-se à inação da bancada parlamentar regional, que não se reúne há pelo menos três anos. Isso refletiria, a seu ver, a falta de mobilização dos governadores e a inércia do governo federal. Ao concordar com Jefferson Péres, Lúcio Alcântara (PSDB-CE) afirmou que o governo Fernando Henrique, por razões que desconhece, “nunca quis uma política de desenvolvimento regional”. Já para o senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM), a Amazônia sofre um processo de engessamento, submetida “a um plano do exterior para o Brasil”. Na sua opinião, com esse “compêndio”, com participação do próprio governo brasileiro, “não vai haver espaço para o homem na Amazônia”.



Simon: “Nunca se votou tanto, mas alguém deixou de passar fome por isso?”

Simon sugere assembleia da ONU contra a miséria

Mesmo reconhecendo o grande volume de propostas apreciadas pelo Senado em 1999, o senador Pedro Simon (PMDB-RS) lamentou ontem que o trabalho da Casa não tenha solucionado os graves problemas sociais do país.

— Eu me sinto culpado e fracassado. Nunca se votou tanto na história do Senado, a pauta está livre. Mas alguém deixou de passar fome por causa do nosso trabalho? A miséria diminuiu por causa do nosso trabalho? O que nós fizemos para que esse mundo fosse menos cão? — indagou.

Simon entregou à Mesa requerimento para que seja encaminhada ao secretário-geral da Organização das Nações Unidas (ONU), Kofi Annan, proposta de convocação de uma assembleia geral extraordinária na qual seriam discutidas medidas urgentes visando à extinção da fome e da miséria.

Em sua proposta, o senador sugere que a luta contra a desnutrição seja considerada meta prioritária da humanidade, através da revogação de todas as restrições econômicas impostas a determinados países, a extinção de todas as barreiras tarifárias, a liberdade total para o comércio de alimentos agrícolas e a não admissão da existência de terras ociosas. Ele acredita que existam recursos para a realização dessas metas, desde que os países redefinam suas prioridades.

— Estudo feito em 1992 pela ONU mostrou que o mundo desenvolvido concedeu a seus agricultores subsídios que alcançaram US\$ 352 bilhões; e que países em desenvolvimento poderiam até triplicar a exportação de grãos se não existissem barreiras alfandegárias nos Estados Unidos e na Europa — explicou.